

META 11 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dante Henrique Moura¹

Meta 11: Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Para desenvolver a análise, elaborei a Tabela abaixo (a partir dos censos da educação básica de 2011 a 2016) que especifica a evolução da matrícula de 2011 a 2016, da EPTNM, nas esferas pública e privada, considerando os 4 tipos de oferta: Ensino médio integrado *regular*, Ensino médio integrado EJA, Técnico Concomitante e Técnico Subsequente. Utilizei os dados de 2011 a 2016 para visualizar o que vinha ocorrendo antes da vigência do atual PNE.

Ano	Integrado					Concomitante		Subsequente		Conc. + Subeq.	Total EP
	Regular		EJA		Total	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.		
	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.							
2011	236.129	21.584	37.647	4.324	299.684	94.679	93.893	338.953	465.622	993.147	1.292.831
2012	273.431	25.114	31.912	4.081	334.538	106.277	133.949	350.042	473.387	1.063.655	1.398.193
2013	312.422	25.288	35.404	5.865	379.659	109.392	200.584	327.161	464.524	1.101.661	1.414.083
2014	337.865	29.094	31.300	11.575	409.834	112.142	213.383	331.756	714.288	1.374.569	1.781.403
2015	368.099	23.667	31.734	6.494	429.994	93.957	184.255	395.257	628.075	1.301.544	1.731.538
2016	407.848	21.126	31.208	1.496	461.678	97.817	231.062	397.865	483.859	1.210.103	1.672.281

Com relação ensino médio integrado destinados aos adolescentes (*EMIregular*), registrou-se aumento de 16,9% entre 2014 e 2016, sendo 20,7% na esfera pública, mas negativo na privada (- 27,3%). A ampliação da matrícula pública é fruto, principalmente, da expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, ocorrida a partir de 2005. Apesar desse aumento, verifica-se que, na vigência do PNE 2014-2024, diminuiu o ritmo do crescimento posto que no período de 2011 a 2013 o acréscimo foi de 31%. Já no EMI na modalidade EJA houve redução da matrícula entre 2014 e 2016 tanto na esfera pública quanto na privada (-23,7%). Nesse caso, a diminuição já vinha ocorrendo antes da vigência do atual PNE. O auge da matrícula desse tipo de curso ocorreu em 2011, sendo que a partir de 2012 começou a diminuir, o que pode ser explicado pela criação, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (*Pronatec*), cujas ações se iniciaram em 2012. A partir desse ano e até 2014, cresceu a matrícula concomitante pública e privada, sendo esse aumento de 127% entre 2011 e 2014. Já no período de 2014 a 2016 a oferta concomitante teve crescimento ínfimo (1%), tendo havido redução na esfera pública e pequeno crescimento de 8,3% na oferta privada, período em que o Pronatec começou a

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Complutense de Madri. Professor do IFRN

perder vigor. A oferta subsequente caiu no período de 2014 a 2016 (-15,7%). Entretanto, na esfera pública, a matrícula aumentou nesse período (20%), enquanto na privada houve significativa redução (- 32,3%). Quando analisamos os dados gerais, ou seja, a evolução do conjunto da matrícula de toda a EPTNM encontramos uma redução de 6,1%. Não obstante, os movimentos foram distintos nas esferas pública e privada. Na pública, teve aumento de 14,9%, ao passo que na privada, diminuiu 23,8%. No balanço entre oferta pública e privada entre 2014 e 2016 houve inversão nos percentuais. Em 2014, 45,6% da matrícula era pública e 54,4%, privada. Em 2016, a matrícula pública alcançou 56%, enquanto 44% ficam na iniciativa privada.

Finalmente, podemos afirmar que esses dados sinalizam no sentido de que a Meta 11 não será alcançada em 2014, caso se mantenha o movimento observado entre 2014 e 2016, já que ao invés de aumentar a matrícula total diminuiu. É grave constatar que a queda é concentrada na iniciativa privada, exatamente onde se tem destinado vultosas quantidades de recursos por meio das parcerias públicos privados como, por exemplo, no caso do Pronatec. Esse quadro evidencia que ao invés de intensificar a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada o movimento deve ser no sentido de ampliar os recursos destinados à esfera pública, onde a matrícula vem crescendo. Para tal, é essencial que se revogue a EC nº 95/2016 que reduz a ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos, incluindo a educação e a saúde. Além disso, é fundamental desenvolver ações indutoras destinadas especificamente ao EMI (*regular* e EJA), posto que esses são os cursos onde está em vigência a disputa pela materialização da concepção de formação humana integral, tendo o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como dimensões indissociáveis e eixos estruturantes dessa formação.